

TRABALHO PRODUTIVO A DOMICÍLIO E TRABALHO REPRODUTIVO DOMÉSTICO EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON (PR): HORIZONTALIZAÇÃO DO CAPITAL E AS NOVAS EXPRESSÕES DA DINÂMICA TERRITORIAL DO TRABALHO PRECARIZADO FEMININO NO SÉCULO XXI

TEREZINHA BRUMATTI CARVALHAL *

Resumo: Pretendemos com essa pesquisa compreender as contradições iminentes à dinâmica territorial do trabalho domiciliar como repercussão da informalização, enquanto produto das mudanças que se processam no âmbito mais geral do trabalho. Os rearranjos do capital, e nesse caso a desconcentração do processo produtivo, e a expansão das pequenas e médias unidades, tem se juntado às formas flexibilizadas e precarizadas de trabalho e tem feito avançar a horizontalização do capital. Assim o trabalho produtivo em domicílio se mistura ao trabalho reprodutivo doméstico, intronizando uma forma específica de exploração de elevados contingentes de força de trabalho, especialmente de mulheres e de crianças. Estamos com as atenções voltadas para as expressões territoriais dos (re)arranjos que contém conteúdos e significados diferentes e que se singularizam nos lugares, como parte de um todo representado pelas formas de controle do capital sobre o trabalho das mulheres realizado no âmbito domiciliar e doméstico. Lugares esses, onde ocorre a reprodução da vida, porém agora metamorfoseado no lugar da reprodução e produção, onde os trabalhos se fundem num só, e o trabalho assalariado aparece como extensão das atividades domésticas. Ou seja, poderemos desenvolver teoricamente a especificidade da fusão da vida dentro e *fora* do trabalho no mesmo lugar. Para isso, levaremos em consideração de forma articulada, a dimensão de classe, a dimensão de gênero e as formas de expressão do domínio e controle territorial do capital sobre o trabalho. Nosso desafio é a investigação da participação da mulher no trabalho domiciliar, marcado por forte presença da precarização, subordinação, informalização, e estranhamento, ao se expressar materialmente na execução desse trabalho, sem qualquer tipo de assistência, seja previdenciária, social, ou sindical.

Palavras-chaves: trabalho domiciliar, trabalho doméstico, gênero, informalidade, dinâmica geográfica, totalidade viva do trabalho.

* Doutoranda em Geografia junto ao Programa de Pós-graduação da FCT/UNESP/Presidente Prudente, e membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGeT.

Introdução

Diante da crise estrutural do capital na década de 1970 nos países centrais, que por sua vez entrou em declínio juntamente com o modelo fordista-taylorista e a adoção da reestruturação produtiva como tentativa encontrada de saída da crise, trouxe mais uma vez grandes conseqüências para o mundo do trabalho. O capital ao adotar novas formas de produção, baseadas na acumulação flexível, por sua vez afetou os trabalhadores, trazendo transformações que incluem desde a fragmentação, heterogeneização e complexificação¹. Criando uma classe trabalhadora muito diferenciada, variando desde aqueles mais precarizados aos mais qualificados e intelectualizados. Essas novas formas de trabalho, criadas com a inovação organizacional desencadeada com a reestruturação produtiva têm levado, por exemplo, a uma diminuição do operariado fabril, ao aumento das formas precarizadas e subproletarizadas devido aos trabalhos de tempo-parcial, temporário, terceirizado, ao aumento do trabalho feminino em funções precarizadas e com baixos salários, além dos imigrantes, velhos e crianças.

Antunes (1999 e 1995) coloca que o trabalho contemporâneo é caracterizado como trabalho social, pois é mais complexificado, socialmente combinado e mais intensificado nos ritmos e processos. Observa-se que o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, mas tende a aumentar a intensidade das formas de extração do sobretabalho em tempo cada vez mais reduzido². Além da tendência de conversão do trabalho vivo em trabalho morto, através da transferência de capacidades intelectuais para a máquina, como os *softwares*. Outra tendência marcante do atual momento de reestruturação produtiva é a redução de trabalho improdutivo

dentro das fábricas, através da incorporação ao trabalho produtivo, desobrigando o capital de uma parcela de trabalhadores que não participam diretamente do processo produtivo.

O desafio então que se coloca para a classe trabalhadora, segundo o autor é soldar os laços entre esses diversos segmentos criados, na medida em que os trabalhadores ditos qualificados são defendidos pelos sindicatos enquanto a parcela dos trabalhadores que se inserem nas atividades desqualificadas, não recebem atendimento por parte do sindicato. Além da falta de identidade entre as diversas categorias de trabalhadores, que se vê as voltas com o corporativismo sindical reforçado pela estrutura vertical que privilegia a divisão em categorias.

Diante disso, nos propomos com esse trabalho investigar o trabalho domiciliar em Marechal Cândido Rondon, ou mais propriamente as formas de externalização do trabalho compreendidas no âmbito domiciliar, como forma de entendimento da inserção da mulher no mundo do trabalho.

o trabalho contemporâneo é caracterizado como trabalho social, pois é mais complexificado

Apesar de a temática do trabalho não ser constante no campo da Geografia, apostamos na sua importância. E um dos esforços para

o entendimento do mundo do trabalho se concretiza por meio dos estudos que estão sendo desenvolvidos no âmbito do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de Geografia do Trabalho” (CEGeT)³, sendo que também já temos algumas reflexões acumuladas acerca da

¹ Mais detalhes ver: Antunes 1999.

² Ver também Bihl (1998).

³ Sob a coordenação do professor Antonio Thomaz Júnior. [Http://www.prudente.unesp.br/ceget](http://www.prudente.unesp.br/ceget)

participação da mulher no mundo do trabalho, como também da participação da mulher no meio sindical⁴. Portanto nosso desafio se coloca para a investigação da participação da mulher no mercado de trabalho domiciliar, marcado por forte presença da precarização, subordinação e alienação do trabalho, ao se expressar materialmente sem qualquer tipo de assistência, seja previdenciária ou sindical.



A temática de gênero nessa pesquisa nos desafia desmistificar os elementos específicos da dominação e do estranhamento presentes na intersecção da relação de classe, com a mulher exercendo trabalho produtivo no âmbito do espaço-tempo reprodutivo do lar, numa mistura de relações que se fundem no trabalho, o trabalho visível e o invisível. O trabalho visível ou o remunerado e o invisível, quando nos referimos ao trabalho doméstico, sendo que este último quando capitalizado, torna-se um grande trunfo ao sistema metabólico do capital, à medida que é realizado apenas pela mulher trabalhadora entre o intervalo de suas funções remuneradas.

⁴ Trata-se de nossa pesquisa de Mestrado intitulada: **A Questão de Gênero nos Sindicatos de Presidente Prudente/SP**, defendida em 2003, sob a orientação do professor Antonio Thomaz Júnior; revisada para a publicação: **Gênero e classe nos Sindicatos**. Presidente Prudente: Projeto Editorial Centelha, 2004, 142p.

Podemos apontar que a tendência dessas tarefas é levar o trabalhador ao seu limite orgânico de trabalhador, executor de funções estranhadas, à medida que sua vida só terá sentido quando estiver empregando sua mão de obra para a exploração capitalista, pois é desta forma que encontra os meios necessários para seu provento.

E no caso da mulher, a possibilidade de ir além do que está posto enquanto relações sociais cristalizadas, na paisagem e no território, se tornam cada vez menos vislumbrável com o trabalho domiciliar, pois as tarefas realizadas passam a fazer parte de sua casa e cotidiano, com a falsa idéia de negócio próprio, eliminando a necessidade de sair de casa para trabalhar e ainda obtendo renda através desta atividade⁵.

Entendendo que é por meio das relações de trabalho que ocorre a mediação do homem com a natureza e que esse processo se torna estranhado quando ocorre na sociedade capitalista, tentamos desvendar a dinâmica de movimentos que fazem parte do metabolismo do capital e que possuem uma singularidade e territorialidades próprias. No entanto nessa intermediação do homem com o meio, de acordo com Antunes (1995), tem-se uma dupla transformação. Por um lado, o homem que trabalha é transformado pelo trabalho, uma vez que ele atua sobre a natureza e subordina suas forças a seu próprio ser, por outro, as forças da natureza são transformadas em meios, objetos e matérias-primas.

Nesse sentido assevera Santos (1996, p.88) “... toda ação humana é trabalho e todo trabalho é trabalho geográfico”. Ainda segundo o autor, a produção do espaço é feita pelo trabalho e o homem acaba sempre

⁵ Cf. OLIVEIRA, Martha Tathy. **Trabalhar em Casa. Na era do fim do emprego**. São Paulo: Olho d'água, 2001, 105p.

produzindo espaço através da intermediação com a natureza.

... o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço. Por isso, a Geografia estuda a ação do homem. (SANTOS, 1996, p.88).

Consideramos importantes as reflexões teóricas, privilegiando o exercício geográfico, como tentativa de entender o reordenamento territorial da sociedade, concebido como resultado de processos contraditórios, sendo, portanto a expressão da existência da estrutura de classes sociais e da divisão sexista e, como consequência, a inserção específica de cada ator social, na dinâmica social.

Nesse ínterim, avaliamos que cabe à Geografia, como ciência capaz de apreender e desvendar o ordenamento territorial imposto pelo capital, e pelos setores hegemônicos e, em consequência, o controle sobre a sociedade, independente de sua escala (internacional, regional, local). Ou seja, por meio da “leitura” geográfica assumimos o desafio de contribuir com a explicitação das combinações entre as formas e os significados dos lugares considerando a trama social envolvente ou a estrutura societária em vigor. (THOMAZ JR, p.1997). Pois, segundo o autor, pelo fato de a Geografia se encontrar fragmentada, as realidades são lidas pelas especialidades. Porque os efeitos do metabolismo societário do capital fragmentam e complexificam o mundo do trabalho, promovendo rearranjos estruturais.

Nesse sentido de acordo com Thomaz Jr.:

“... a Geografia do trabalho vem para somar aos

demais que entendem ser possível através do conhecimento científico contribuir para a compreensão da sociedade do capital e compromissada com a construção de uma nova sociabilidade do trabalho para além do capital”. (2002, p.19)

Dessa forma, depende da postura teórico-metodológica do sujeito, dos objetivos e do olhar sobre os conteúdos dessa disciplina para evitar que essa fragmentação se estabeleça como um fato dado, ou até como um a priori. Sendo assim, seria então interessante que pudéssemos eleger o metabolismo societário do capital como referência para entendermos as ligações existentes entre as fragmentações no nível do conhecimento com o mundo do trabalho.

Ainda segundo Thomaz Jr., (2002, p.15):

A tentativa de dar respostas a perguntas que se apresentam no âmbito do trabalho nos remete a um esforço de compreensão teórico-prático com vistas à realização dos cruzamentos internos à tríade metodologia, epistemologia e ontologia, para efetivarmos uma “leitura” geográfica do trabalho. As dimensões desses cruzamentos e os requerimentos específicos que cada assunto demanda, nos colocarão atentos para as mediações necessárias para a concreção da análise geográfica do trabalho.

Isso porque, compreender as relações locais do reordenamento territorial ou da ordem territorial dos fenômenos e as regras que ditam essa dinâmica dos lugares está sob o comando do metabolismo societário do capital e isso para o autor é campo da Geografia.

Assim as relações de gênero no contexto da classe trabalhadora, considerando as constantes redefinições territoriais hegemônicas pelo capital, demanda que a Geografia expresse seu importante papel de desvendar o que está colocado para a sociedade, numa simbiose entre formas e significados. Assim, o espaço geográfico pode ser entendido como uma estrutura

ordenadora/ordenada da reprodução dos antagonismos de classes e de gênero.

Lênin (1980), pondera que a supressão do sistema capitalista não pressupõe a supressão da opressão de gênero. Isso porque a subordinação do gênero é anterior ao sistema capitalista que delegou funções de acordo com o sexo, e as formas capitalistas apenas se apropriaram dessas relações tornando-as mais acirradas e naturalizando as questões de gênero.

Em nosso estudo recente⁶ vislumbramos, a mulher sob o assalariamento se sobrecarregar multifuncionalmente, ou seja, com a junção do trabalho assalariado e o trabalho doméstico não-pago, “invisível”. O reconhecimento do trabalho assalariado dá-se com a remuneração, isto é, está diretamente envolvido nas relações de trabalho, enquanto que o trabalho doméstico aparece como uma atividade desprovida de conteúdo econômico, conforme salienta Rossini (1998). A autora nos esclarece ainda a respeito das relações de produção e reprodução, essenciais a toda formação social que, com o prenúncio do capitalismo, subordina a reprodução à produção.

Da mesma forma, assevera Combes (1986), que o bom senso recomendaria que a produção fosse submetida à reprodução e que os seres humanos produzissem bens para subsistirem e se perpetuarem, que organizassem essa produção em função da reprodução, mas é o inverso que acontece, ou seja, são as modalidades da produção que determinam as modalidades da reprodução⁷.

A divisão sexual do trabalho está diretamente relacionada à divisão social do trabalho, pois esta é movida pela produção e atribui a cada movimento uma nova função aos lugares e assim os lugares constituídos passam a condicionar a própria divisão do trabalho. Inicialmente o homem é subordinado

à natureza, mas com a criação das técnicas aumenta seu poder de autonomia e aumentando também o que Santos (1996) trata de “diversificação da natureza”.

O trabalho domiciliar feminino como forma da horizontalização do capital

O atual momento do capital é visto por alguns autores⁸ como de desconcentração do processo produtivo, donde então têm surgido variadas formas de unidades produtivas, desde as pequenas unidades que não empregam trabalhadores até as unidades que empregam trabalhadores. Essas formas de trabalho domiciliares variam desde os autônomos que trabalham com as mini-fábricas e os

*expressão da
existência da
estrutura de
classes sociais e
da divisão
sexista*

trabalhadores das médias fábricas às grandes empresas (como telemática, telemarketing). Em ambos os casos há uma tendência a desconcentraçã

o do processo produtivo⁹, e com ela a diminuição de custos, desde gastos com luz elétrica, água, aluguel e isso então é repassado às unidades produtivas domiciliares. É a horizontalização do capital sobre o tecido social, donde tende a subjugar os trabalhadores com o avanço das formas precarizadas de trabalho que comungam com uma forma específica de exploração, no caso do trabalho a domicílio isso se verifica mais fortemente com o incremento das mulheres e crianças.

Neste caso observamos que a mulher

⁶ Ver Brumatti Carvalho, 2004.

⁷ A esse respeito ver ainda Mészáros, (1999).

⁸ Ver Antunes (1999), Harvey (1992).

⁹ É importante porém frisar que essa desconcentração não é possível em todos os setores produtivos, como o automobilístico, siderúrgico e petroquímico de acordo com Antunes (1999).

como mão-de-obra assalariada, faz parte do processo de divisão do trabalho, do embate capital x trabalho, sofre a exploração como vendedora de mão-de-obra para a acumulação do capital, além da subordinação de gênero, enquanto reprodutora da força de trabalho.

Desse modo, é primordial para a classe que comporta identidades e heterogeneidades “apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas relações opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do gênero-para-si-mesmo possibilite também a emancipação do gênero mulher” (ANTUNES, 1995, p. 46).

Segundo Saffioti (1987), há um processo de naturalização dos processos socioculturais, pois essas funções foram criadas socialmente quando a família se estruturou dessa forma, com a mulher exercendo “naturalmente” sua função de mãe e no cuidado com o lar. Enquanto que ao homem, coube o exercício dos afazeres fora do âmbito privado do lar. A partir daí a identidade social, segundo a autora foi socialmente construída.

Nesse sentido é que intentamos, por meio do estudo do trabalho domiciliar investigar essa esfera do trabalho com forte presença feminina. Para isso, levaremos em consideração, de forma articulada, as dimensões de classe e de gênero, e as formas

de expressão do domínio e controle territorial do capital sobre o trabalho, além da contribuição teórico-metodológica que nos propomos a realizar com essa pesquisa no âmbito da Geografia. Entendendo que, de acordo com Hirata (2002), ao tratarmos das conseqüências da reestruturação produtiva e levarmos em conta a dimensão de gênero, o estudo impõe outras mediações e tem outras conotações, porque se torna imprescindível avaliarmos o impacto das mudanças tecnológicas na vida dessa parte da classe trabalhadora.

Isso tendo em vista o que aponta Thomaz Jr., 2002, que o trabalho sempre mediou as atividades dos homens, porém as abordagens feitas pela Geografia baseadas nas relações homem-meio, eram fetichizadas pela compreensão hegemônica pelos postulados positivistas, pois somente se identificava o processo de trabalho. Pois a Geografia nasceu, segundo Moreira (1994), escamoteando o caráter concreto do trabalho sob o capitalismo, sem demonstrar que o trabalho sob o capitalismo subordinava-se ao capital. Como saber escolar passou a expressar as relações da sociedade pela sua aparência, sem as contradições entre as classes sociais, sem falar dos homens concretos. Reforçando assim a alienação do trabalhador.

O capital ao contrário, tem crescido subvertendo o modo de vida dos homens à base da dissolução de antigas relações e criando outras, dependentes do mundo mercantil e o homem alienado, as reproduz no ritmo da reprodução do capital. A individualização aumenta com a divisão do trabalho e o espaço geográfico dimensiona a alienação do trabalho e do homem numa escala planetária. (MOREIRA, 1994).

Nesse processo de subversão do modo de vida dos homens, intentamos investigar essa “nova” forma de trabalho que tem colocado os trabalhadores em condições de despojamento de sua casa em prol da realização de atividades

*O capital ao
contrário, tem
crescido
subvertendo o
modo de vida
dos homens à
base da
dissolução de
antigas relações
e criando
outras*

de produção. O que ocorre, segundo Colli (2000), é o surgimento de novas formas externas de trabalho que vão desde o trabalho domiciliar até a terceirização, onde os antigos empregados serão patrões de si mesmos e assim terão que se desdobrar em suas atividades para cumprirem as exigências da produtividade, competitividade, e qualidade exigidas.

Lavinias (2000), aborda duas formas diferentes de flexibilização do assalariamento, decorrentes da pressão crescente por produtividade, adotada pelas empresas, sejam elas de micro, pequeno ou médio porte e que pode variar entre o trabalho a domicílio e o tele-trabalho. Porém ambas, segundo a OIT *apud* Lavinias (2000, p. 212), estão associadas “a um assalariamento disfarçado em que o trabalhador é despossuído de direitos mínimos, com evidente impossibilidade de se fazer representar e defender por um órgão de classe”.

A diferença do trabalho domiciliar e o tele-trabalho, segundo a autora, é que este é caracterizado por “trabalhadores qualificados, com capacidade de geração de rendimentos elevados e capazes de introduzir contratualidades inovadoras entre clientes e fornecedores, sejam eles indivíduos ou microempresários”. O trabalho a domicílio tem adquirido papel relevante nas estratégias das empresas, pelas suas principais características: internacionalização, heterogeneidade, além da baixa qualidade do emprego e feminização.

Colli (2000), afirma que as transformações que o modo de produção capitalista, ao fazer uso de formas externas de trabalho, se livrando das responsabilidades com a produtividade e também dos encargos trabalhistas, tem (re)criado o *façonismo*¹⁰. Com o *façonismo* ou

o *novo* *façonismo*, que é uma forma de terceirização ou “uma forma de subordinação refinada do trabalho ao capital”, o capital acaba recriando formas arcaicas de contrato de trabalho. Porém, o que caracteriza o *façonista*, segundo a autora, é que, além dele utilizar sua própria força-de-trabalho na produção, arcar com as responsabilidades de um empresário, a maior parte de sua produção é dependente de outras empresas. E o que diferencia o

*novas formas
externas de
trabalho que
vão desde o
trabalho
domiciliar até a
terceirização,
onde os
antigos
empregados
serão patrões
de si mesmos*

trabalhador do capitalista (chefe) é que o trabalhador (*façonista*) apesar de obter os meios de produção, apenas gerencia o processo de produção, ele não determina e nem controla a produção. A obscuridade na relação contraditória entre empresa e patrão toma a forma de uma liberdade e igualdade de

condição. A diferença se define a partir da exigência da empresa para com a qualidade, quantidade da produção e da definição do preço por esse serviço o que, segundo Colli (2000), torna inexistente qualquer tipo de autonomia e independência por parte do *façonista* em relação a sua produção.

Hirata (2002), coloca que as conseqüências das novas tecnologias sobre o emprego, condições de trabalho e qualificação, não são as mesmas. Mas são de acordo com a categoria profissional, níveis educacionais, que se expressam diferencialmente nos lugares sob a égide da divisão social do trabalho, em que o gênero subsume-se exercendo atividades específicas.

¹⁰ De acordo com a autora, derivada da expressão *façon*, o *façonismo* é um sistema de trabalho correspondente à simples prestação de serviços, muito utilizado na França e Itália, e remete a vínculos de trabalho que antecederam à industrialização da produção de tecidos e de roupas no século passado.

Mesmo com as inovações tecnológicas em algumas indústrias como a de vidro, a divisão sexual do trabalho permanece e as mulheres continuam a ocupar postos de trabalho periféricos e secundários, isso tanto em países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos. O surgimento de uma mão-de-obra qualificada e flexível “adaptada” às novas tecnologias, se baseia em ocultar a relação diferencial dos homens e mulheres com a qualificação e novas tecnologias. Assim não há um novo modelo de produção, porque o taylorismo não acabou como modelo de produção para as mulheres. Porque as novas tecnologias tendem a reforçar a marginalidade das mulheres e embora as funções não-qualificadas desapareçam, as funções repetitivas continuam sendo executadas pelas

a 57,1% da população total, essa taxa de participação é maior na população masculina (65,3%) do que na feminina (49,1%), também quanto à desocupação o índice é maior para as mulheres (10,3%), enquanto que para os homens a taxa de desocupação é de (6,47%), sendo que o índice geral é de 8,13%. Conforme podemos verificar na Tabela 1, o município de Marechal Cândido Rondon apresenta um índice de desocupação menor quando comparado com outras escalas territoriais e uma informalidade ligeiramente maior do que no país e estado do Paraná.

Tabela 1 - Composição da PEA (2000), por condição da ocupação (%)¹².

	Brasil	Paraná	Oeste PR	M.C. Rondon
Desocupados	15,3	12,8	12,8	8,1
Sem carteira e Conta Própria	40,6	40,5	45,3	43,7
Não Remunerados e na Produção para o Próprio Consumo	6,0	5,3	5,7	11,5

mulheres¹¹.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

A partir disso é que colocamos a preocupação em investigar o trabalho domiciliar como uma forma de expressão material da subordinação/dominação de classe e gênero ao sistema de metabolismo do capital. E este pode se expressar materialmente em diversas formas de relações de trabalho desde o assalariamento por peça, na forma autônoma, porém a característica marcante dessa forma de trabalho é a informalidade.

Pelos dados do Censo Demográfico 2000 o município de Marechal Cândido Rondon apresenta uma População Economicamente Ativa de 23.445 indivíduos, o que corresponde

Portanto, como pudemos constatar o quadro geral do emprego em Marechal Cândido Rondon não é muito diferente do que ocorre no Brasil, com destaque para o alto índice de informalidade, diferenciando-se o município quanto ao índice de desocupação, com valores bastante inferiores à média nacional, porém à custa de uma elevada participação da categoria de trabalhadores Não Remunerados e Trabalhadores na Produção para o próprio consumo.

¹¹ Cf. Hirata, 2002.

¹² Como Percentagem da PEA

Outro conjunto interessante de informações, segundo Carvalho (2005) foram coletadas na agência local da Secretaria Estadual do Emprego e das Relações de Trabalho, que faz a intermediação da mão de obra, procurando agenciar trabalhadores que

trabalhadores, conforme Tabela 2, atingindo mais amplamente o gênero masculino.

Tabela 2 – Trabalhadores Informais em Marechal Cândido Rondon (PR) - 2000

	TRABALHADORES INFORMAIS	TOTAL	TRABALHADORES INFORMAIS (%)
Geral	8.997	16.229	55,4%
Homens	6.591	10.813	60,9%
Mulheres	2.406	5.416	44,4%

buscam emprego, colocando-os nas vagas criadas através deste sistema. As informações da agência de Marechal Cândido Rondon demonstram que é crescente a utilização deste sistema de agenciamento de mão de obra, tanto por parte das empresas quanto pelos trabalhadores.

Ainda segundo o Censo Demográfico 2000¹³, em Marechal Cândido Rondon (PR) considerando os trabalhadores domésticos e demais empregados, existem 12.189 trabalhadores e o índice de trabalhadores informais¹⁴ chega a 37,4%. Já no estado do Paraná o índice de informalidade é de 34 %, evidenciando um índice um pouco abaixo do índice municipal. O índice do estado também é menor se compararmos com o índice de informalidade da mesorregião Oeste, que é de 40,4%, e na microrregião de Toledo, esse índice chega a 39,4%.

Segundo o próprio Censo 2000, porém com outro universo de ocupações, que inclui os trabalhadores por conta própria, o índice de informalidade é significativamente maior, atingindo 55,4% do total de 16.229

Fonte: IBGE, Censo 2000 [www.ibge.gov.br, acesso em 05 de Abril de 2005]

Podemos observar que a imensa maioria dos trabalhadores informais é formada por homens, porém aqui não aparece o número de trabalhadores domésticos, que em sua maioria é formada por mulheres, o que poderia indicar então um outro panorama do mercado de trabalho em Marechal Cândido Rondon, ou seja com um aumento da porcentagem de mulheres na informalidade. Outro dado interessante está relacionado ao nível salarial da População Economicamente Ativa (PEA), no qual as mulheres recebem em média 53,3% a menos do que os homens, ou seja, enquanto a média salarial é de R\$ 668,72 para os homens, para as mulheres é de R\$ 311,63.

Porém observamos, conforme Delgado (1994), que a possibilidade de acesso a postos de trabalho por homens e mulheres não são iguais porque a construção da qualificação é uma construção social sexuada, pois a definição de qualificação não é uma operação técnica, mas uma construção social e histórica. O que é valorizado pelo capital é o aprendizado no espaço público das escolas de formação e escolas profissionalizantes realizadas dentro das empresas, onde as mulheres não têm acesso. E isso acaba

¹³IBGE, Censo 2000. <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 05 de Abril de 2005.

¹⁴ Isto inclui apenas os trabalhadores domésticos e os empregados.

impelindo-as cada vez mais, para as relações precárias de trabalho. Delgado (1994) coloca que com as novas tecnologias e as novas formas de trabalho, inclusive a terceirização têm sido usadas para aumentar a produção, melhorar a qualidade, reduzir custos e desorganizar os trabalhadores¹⁵.

E de forma geral percebemos que, de acordo com Martins e Dombrowski (2000) o ingresso no mercado de trabalho informal não representa apenas a perda de direitos sociais, mas a perda salarial, que chega a ser metade dos trabalhadores regulares, além do que, em 2000, apenas 28,6% dos trabalhadores informais contribuíram com a previdência social.

Vemos então, que com o trabalho domiciliar, o capital tem esse ganho. E no caso da questão da mulher o ganho se torna ainda maior, pois esse tipo de função “permite” que a mesma continue desenvolvendo suas funções domésticas e gerando filhos, sendo, portanto, a única responsável por essas tarefas e sem custos para o capital, Estado, etc.

Com a ocorrência do trabalho domiciliar, há a inflexão do tempo, porque não se perde

*A imposição
do capital
sobre o
trabalho tem
suas
especificidades
ao se impor
sobre os
homens e as
mulheres*

tempo para se chegar ao trabalho e começar a produção e novamente voltar para a casa e assim sucessivamente. Não há o desperdício do tempo de trabalho, ao contrário, na maioria das vezes o trabalhador tem realizado longas jornadas de trabalho na tentativa de vencer a encomenda da produção.

A imposição do capital sobre o trabalho tem suas especificidades ao se impor sobre os homens e as mulheres, portanto, conforme Hirata (2002), deve-se considerar para tanto a dimensão de gênero.

Podemos, então, apontar que a divisão sexual e social do trabalho é um mecanismo de exclusão social e econômica da mulher, porque serve para conformar a desigualdades de gênero nos diversos âmbitos sociais, como a oposição entre trabalho doméstico e extradoméstico.

Isso se reflete também na própria subjetividade das mulheres trabalhadoras, porque as suas preocupações não ultrapassam a escala do corpo, com a sua sobrevivência, de seus filhos e da família, ou seja, as mulheres não conseguem visualizar as coisas que fogem da seara do seu cotidiano, com a dupla jornada de trabalho que exercem diariamente. Não há um salto escalar de percepção política dessas questões, reforçada pelo movimento sindical¹⁶ que não tem agido de forma contrária à reprodução da divisão sexual do trabalho, na medida em que na maioria das vezes, trata a questão de gênero por fora das relações de classe, apoiando-se apenas nas questões da reprodução, para obter direitos para as mulheres, como creches, escolas, etc.

A escala de ocupação do lugar pela mulher, então, é limitado pelo poder masculino e capitalista. E a gestão do espaço da casa, com o exercício do trabalho domiciliar, passa a expressar ainda mais o poder do capital, na medida em que o lar não mais existe, ou está fetichizado pela

¹⁵ Para saber mais ver: CARVALHAL Marcelo Dornelis. A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos. Tese (Doutorado em Geografia) 347p, 2004, Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista - Presidente Prudente, SP.

¹⁶ Para mais detalhes ver: Brumatti Carvalhal (2004).

incorporação do ambiente do trabalho, ou seja o trabalho subverte a vida fora do trabalho produtivo, ao metamorfosear o ambiente reprodutivo em produtivo também. Dessa forma, o capital expressa o poder e o controle sobre o espaço, sobre o território, portanto, sobre todo o tecido social. Ou seja com o exercício do trabalho domiciliar, a casa como o lugar de descanso, de liberdade, onde potencialmente o trabalhador poderia vir a ter a oportunidade de realizar o ócio, as atividades de lazer não mais existe. A casa tida como o lugar fora do trabalho produtivo agora é também o lócus da reprodução ampliada do capital¹⁷.

Marx (1983) coloca que o trabalhador e seus meios de produção permaneciam unidos antes da inserção da manufatura, como um caracol e sua concha, mas a partir disso os trabalhadores perdem sua autonomização para o capital que então cria a divisão manufatureira do trabalho. Ainda segundo o autor, "...a divisão do trabalho no todo de uma sociedade, seja ou não mediada pelo intercâmbio de mercadorias, existe nas mais variadas formações sócio-econômicas, a divisão manufatureira do trabalho é uma criação específica do modo de produção capitalista". (1983;282). O trabalhador antes autônomo, se submete a uma disciplina do capital e de uma hierarquização entre os próprios trabalhadores. O trabalhador agora é um acessório do capital, ou então nas palavras de Marx (1983:283) "a divisão do trabalho marca o trabalhador manufatureiro com ferro em brasa, como propriedade do capital".

Isso nos leva a refletir que a idéia exposta em Marx (1983), do caracol e sua concha, como um momento em que os donos dos meios de produção podiam organizar e realizar a produção em um mesmo espaço/tempo e a partir do surgimento da divisão social do trabalho, houve a separação do local do trabalho produtivo, realizado agora em locais

públicos e o lugar onde se realizava a reprodução, o lugar de moradia.

Sob a perspectiva de gênero, a partir do momento em que se separaram os lugares também dividiram as respectivas funções, havendo a divisão sexual das funções, que delegou ao homem realizar a produção no âmbito público enquanto a mulher permaneceu no lar, executando a reprodução. Nesse sentido, com o trabalho domiciliar houve a junção novamente do espaço da produção e da reprodução, o capital passa

*A casa tida
como o lugar
fora do
trabalho
produtivo
agora é
também o
lócus da
reprodução
ampliada do
capital*

então a interferir no seu cotidiano, na configuração do ambiente familiar, na territorialização da família (trabalhadora), onde todos os cômodos da casa passam a ter a funcionalidade de servir a produção. De uma certa maneira poderíamos

pensar que o caracol teria reencontrado sua concha, na medida em que tende a realizar a produção no âmbito de sua morada e em alguns aspectos munidos com seus próprios meios de produção, porém em muitos casos sem o poder/domínio dessa produção.

Observamos que o trabalho domiciliar se coloca para a mulher, como uma alternativa, pela exclusão de espaços de atuação no mercado de trabalho formal, pela exclusão de tarefas melhores remuneradas e melhor prestígio. E ainda há a condição específica de que com a realização dessas funções, *part-time*,

¹⁷ Ver Marx, Karl (1983).

domiciliar, há a alternativa de conciliar as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos, com o trabalho remunerado, sem mesmo sair de casa.

A idéia de trabalhar em casa, além de criar a ilusão do negócio próprio, do ponto de vista do gênero, supre as expectativas da mulher em conseguir mais fácil e rapidamente lidar com a dupla jornada de trabalho, sem ter de dispor de parte de seus recursos financeiros para o pagamento de um funcionário, na realização dos afazeres domésticos. O trabalhador não se desvencilha da alienação e passa a se estranhar enquanto ser social. Este ser social dotado de capacidades,

se vê refém de seu sustento na medida em que perde o poder sobre a gestão e controle de sua sala de jantar, do seu quintal e da sua casa por inteiro. A alienação

*O trabalhador
não se
desvencilha da
alienação e
passa a se
estranhar
enquanto ser
social*

atinge seu ápice a partir do momento em que o trabalhador perde o controle sobre o seu lugar – a casa. Mesmo que consigam sentir/ver a necessidade de um lar, ele passa a estranhar a idéia de um lar que não seja aquele voltado às suas necessidades de trabalhador e não de um ser social, dotado de vontades e desejos. Sem falar nas condições em que as famílias realizam a reprodução de suas vidas. Além da própria questão da subjetividade, onde se nasce e se cresce achando que essa é a única dimensão de vida, a dimensão do trabalho estranhado.

O interesse pelo trabalho feminino no âmbito domiciliar tem suscitado muitas dúvidas, porém já podemos delinear que nessa esfera do trabalho está um importante mecanismo de entendimento da subordinação

do trabalho da mulher ao capital. Podemos apontar que a dupla jornada de trabalho mesmo sendo uma sobrecarga, também poderia indicar um determinado nível de capacidade/poder da mulher, ao lidar nas duas esferas, o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos e o assalariado. Conforme Mészáros (2002) o poder de ser mãe e de gerenciar a casa, sendo responsável pela reprodução dela, marido e filhos, potencialmente poderia ser reverberado em escalas mais amplas e em diversos âmbitos sociais, como o ambiente do trabalho, no sindicato, etc.

Mesmo diante desse quadro poderíamos pensar que a volta da mulher ao ambiente do lar para a realização das funções assalariadas, seria então um recuo nessas conquistas? Pois a partir do momento em que as funções assalariadas se misturam às funções domésticas, começa a haver uma tendência ao sobrecarregamento de funções o que leva ao alijamento, opressão e alienação das mulheres. Seria uma nova fase de imposição ao trabalho, onde o capital coloca à prova a inserção da mulher no ambiente público? Até porque a inserção em formas de lutas dos trabalhadores como os sindicatos, tendencialmente se dá com o trabalho formalizado, registrado em carteira, o que não acontece geralmente com os trabalhos realizados a domicílio. E no caso das mulheres, em sua maioria, segundo recente pesquisa¹⁸, a politização e o reconhecimento de mecanismos de organização dos trabalhadores, ocorre no trabalho assalariado realizado em âmbito público.

Porém, o trabalho remunerado para as mulheres tem representado muito mais do que independência econômica, mas a visualização de novos horizontes e de uma maior consciência política e até mesmo de inserção nos sindicatos ainda é um desafio. Neste momento o caracol então reencontra sua concha, porém em outras condições, onde o trabalhador vai ser subjugado e agora não mais

¹⁸ Ver Brumatti Carvalho (2004)

tendo o domínio/gestão de sua produção e mais, não tem o poder de sua casa, sua morada agora é o lugar onde sofre a expropriação e é neste momento em que o lugar fora do trabalho (produtivo) não mais existe, a casa é o próprio lugar do trabalho produtivo e abstrato¹⁹.

Nossa pretensão com essa investigação é de abordarmos como se estabelecem as relações no ambiente da produção e da reprodução do trabalho, por meio do exercício do trabalho domiciliar. Quais as relações que prevalecem no ambiente familiar, fruto das mudanças provenientes da junção da produção e da reprodução. Ou seja, como se dá a inserção nesse trabalho, que tendencialmente ocupa o “espaço” da casa, dando novas características a esse lugar. O lugar de descanso se torna ao mesmo tempo, lugar de produção e reprodução da vida.

Pretendemos investigar como as mulheres organizam a vida familiar com a entrada do trabalho produtor de mercadorias (remunerado por meio de salário, por produção, por peça, etc.) no lugar da reprodução. Isso será possibilitado por meio de nossa investigação, nos diversos ramos de atividade no município de Marechal Cândido Rondon, mas sendo possível através de seu estudo aproximarmos-nos da compreensão do fenômeno geral de degradação do emprego e do trabalhador. E ao mesmo tempo como deixar transparecer que as funções requerem dedicação e dispendem tempo para sua realização e que quando são realizadas num mesmo lugar, tendem a sobrecarregar quem as executa. Essa junção se torna uma nova forma de subjugação dos trabalhadores, que sem saírem de suas casas executam longas jornadas de trabalho, que na maioria das vezes envolvem toda a família, inclusive os filhos, nesse círculo vicioso. A falsa idéia do negócio próprio, pode trazer muitos desgastes e uma

total dependência ao capitalista, na medida em que apesar de em muitos casos o trabalhador ser o detentor dos meios de produção, a produção em si é definida pelo grande capitalista, assim como a quantidade, qualidade e tempo de execução do trabalho.

*o estranhamento
remete, pois à
idéia de barreiras
sociais que
obstaculizam o
desenvolvimento
da personalidade
humana*

Antunes (1995) fala em estranhamento do trabalho à medida que a realização do trabalho na sociedade capitalista tem efeito de desrealização do ser social,

pois o produto resultado do trabalho aparece para o trabalhador como algo alheio e estranho ao seu produtor. E esse processo não ocorre apenas no resultado mas também no ato da produção. Porque o próprio trabalhador não se realiza no trabalho, ele o repudia, até porque seu trabalho é compulsório e forçado. O trabalho aparece na sociedade capitalista como sendo não apenas uma satisfação de uma necessidade, mas um meio para a satisfação das necessidades do trabalhador fora do trabalho. Nas palavras de Antunes “o estranhamento remete, pois à idéia de barreiras sociais que obstaculizam o desenvolvimento da personalidade humana”. (1995:125)

Pretendemos apreender as especificidades dessa atividade crescentemente precarizada e que, além disso, se infiltra nos lares dos trabalhadores tomando-lhes também a liberdade de uso desse lugar. O trabalhador passa a realizar as funções de produção e reprodução no mesmo lugar. E no caso da mulher, como dito, isso lhe parece cômodo, no sentido da conciliação entre o trabalho assalariado e o trabalho doméstico, isso se

¹⁹ Antunes coloca o trabalho abstrato como sendo aquele que cria valores de troca e o trabalho concreto aquele produtor de coisas socialmente úteis.

transforma numa mistura, onde os trabalhos se confundem e se fundem num só.

Dessa forma, também estaremos analisando a própria subjetividade das trabalhadoras na execução desse trabalho ao buscarmos saber como avaliam a ocupação do “espaço” da casa por instrumentos de trabalho e pela hegemonia do capital na configuração da mesma.

Estaremos também verificando que na subjetividade desse embate existe a construção de um espaço que tem segregado as mulheres de lugares na sociedade e, portanto, na construção de referenciais que levem em conta as questões de gênero, perpetuadas na sociedade.

Também há a possibilidade de apreender por meio de alguns mecanismos locais, como as subsedes dos sindicatos da cidade, bem como de escala mais ampliada, como suas sedes, a sua atuação com o crescimento do mercado informal. Assim poderemos também verificar a existência de medidas que tendem minimizar as conseqüências para essa parte da classe trabalhadora, bem como investigar a existência de organização política dessa parcela extremamente precarizada.

Intentamos abordar as propostas da CUT (Central Única dos Trabalhadores), para avaliarmos a preocupação com o avanço do trabalho informal e verificarmos a existência de políticas no sentido não somente de tentar amenizar esse processo de perdas de direitos trabalhistas, mas de questionamento a essa condição dos trabalhadores. A idéia é de buscar, as propostas e preocupações das centrais, indicativos de conscientização política dos trabalhadores, no sentido de que possam avançar além das reivindicações de cunho imediatistas, como luta por empregos, salários e seguridade social.

Apesar da certa dificuldade em obter informações secundárias e sistematizadas dos trabalhadores no mercado informal e do

trabalho domiciliar, pretendemos fazer um levantamento em Marechal Cândido Rondon, do ponto de vista do crescimento dessas formas de trabalho e em quais setores e ramos de atividade a inserção da mulher tem sido maior.

A partir disso, passaremos a investigar no município, a existência dessas formas de trabalho com forte incremento das mulheres e definirmos os critérios de escolha dos ramos de produção a serem estudadas com mais afinco. Desse levantamento, poderemos então traçar uma proposta de abordagem às mulheres trabalhadoras, para o dimensionamento do universo a ser estudado.

Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas; Editora da Unicamp, 1995. 258p.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BIHR, Alain. **Da Grande Noite à Alternativa**. O movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BRUMATTI CARVALHAL, Terezinha. **Gênero e classe nos sindicatos**. Presidente Prudente: Edições Centelha, 2004, 142p.
- CARVALHAL Marcelo Dornelis. 347p, 2004. **A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos**. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Estadual Paulista - Presidente Prudente.
- CARVALHAL, Marcelo Dornelis. **Resumo - (CD-ROM) - IV Expedição Geográfica**. Marechal Cândido Rondon/PR, 2005.
- COLLI, Juliana, **A Trama da Terceirização**. Um estudo do ramo da tecelagem. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000. 132p.

- DELGADO, Maria Berenice Godinho. Terceirização e trabalho feminino. In: MARTINS, Heloisa H.T.S. e RAMALHO, José R. (orgs.) **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho** São Paulo: Hucitec: CEDI/NETS, p.110-120, 1994.
- DIEESE. **Mapa das questões de Gênero. Perspectivas para a Ação Sindical Frente as Transformações no Mundo do Trabalho.** São Paulo: DIEESE, 1999, 90p.
- DIEESE. Mulheres representam 70% dos trabalhadores em condições de pobreza. **Quinzena.** São Paulo: CPV, nº 255, p. 11-13. jul. 1997.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** Disponível em: <http://www.perseuabramo.org.br/nop/mulheres/p69htm> Acesso em: 15/04/2002.
- HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002, 335p.
- IBGE, Censo 2000. <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 05 de Abril de 2005.
- LAVINAS, Lena. O trabalho a domicílio em questão: perspectivas brasileiras. In: ROCHA, Maria I. B. **Trabalho e Gênero.** Mudanças, Permanências e Desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, São Paulo: Editora 34, 2000.
- LENIN, V. **Sobre a emancipação da mulher.** São Paulo: Editora Alfa Omega, 1980, 139p.
- MARX, Karl. **O Capital.** São Paulo: Abril Cultural, Livro Primeiro, v 1, 1983, 301p.
- MARTINS, Renato e DOMBROWSKI, Osmir. Mapa do Trabalho Informal na Cidade de São Paulo. In: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato e DOMBROWSKI, Osmir (orgs.) **Mapa do Trabalho Informal.** Perfil Socioeconômico dos Trabalhadores Informais na Cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, 64p.
- MÉSZÁROS, I. A ordem do capital no metabolismo social da reprodução. **Ad Hominem,** São Paulo: Estudos e Edições, nº 1, 1999, p. 83-124.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, Campinas: Editora da UNICAMP, 2002, 1102p.
- MOREIRA, Ruy **O Movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil,** Petrópolis: Vozes, 1985.
- MOREIRA, Ruy **O que é Geografia.** São Paulo: Brasiliense, 1994, 111p.
- OLIVEIRA, Martha Tathy. **Trabalhar em Casa.** Na era do fim do emprego. São Paulo: Olhod'água, 2001, 105p.
- ROSSINI, Rosa Ester "As geografias da modernidade - Geografia e Gênero - Mulher, trabalho e família. O exemplo da área de Ribeirão Preto." In: **Revista do Departamento de Geografia/NEMGE** – Universidade de São Paulo, n.º12, p. 7-26, São Paulo,1998.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do Macho.** São Paulo: Moderna, 1987, 120p.
- SANTOS, Milton **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1996, 308p.
- THOMAZ JÚNIOR, A. "Leitura" Geográfica e Gestão Político-Territorial na Sociedade de Classes. **Boletim Gaúcho de Geografia,** nº 24. Edição Especial do XVII Encontro de Professores de Geografia, Ijuí, 1997.
- THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma Geografia do Trabalho. (Reflexões Preliminares) **Scripta Nova,** revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. VI, nm.119(27), 1 de agosto de 2002b. Disponível em: www.ub.es/geocrit/sn119-5.htm 

Trabajo productivo a domicilio y trabajo reproductivo doméstico en Marechal Cândido Rondon (PR): la horizontalización del capital y las nuevas expresiones de la dinámica territorial del trabajo precarizado femenino en el siglo XXI

Resumen: Pretendemos con esta investigación comprender las contradicciones immanentes a la dinámica territorial del trabajo domiciliario como repercusión de la informalización, como producto de los cambios que se procesan en el ámbito más general del trabajo. Las reformulaciones del capital, y en este caso la desconcentración del proceso productivo, y la expansión de las pequeñas y medianas unidades, se unen a las formas flexibilizadas y precarizadas de trabajo y están haciendo progresar la horizontalización del capital. De esta forma, el trabajo productivo a domicilio se mezcla al trabajo reproductivo doméstico, introduciendo una manera específica de explotación de elevados contingentes de fuerza de trabajo, en especial de mujeres y de niños.

Estamos con la atención dirigida a las expresiones territoriales de las (re)formulaciones que tienen contenidos y significados distintos y que se singularizan en los lugares, como parte de un todo representado por las formas de control del capital sobre el trabajo de las mujeres realizado en el ámbito domiciliario y doméstico. Lugares estos donde ocurre la reproducción de la vida, aunque ahora metamorfoseados en lugares de la reproducción y producción, donde los trabajos se funden en uno solo, y el trabajo asalariado surge como extensión de las actividades domésticas. O sea, podremos desarrollar teóricamente la especificidad de la fusión de la vida dentro y fuera del trabajo en el mismo sitio. Para eso, consideraremos de manera articulada, la dimensión de clase, la dimensión de género y las formas de expresión del dominio y control territorial del capital sobre el trabajo. Nuestro desafío es la investigación de la participación de la mujer en el trabajo domiciliario, enmarcado por fuerte presencia de la precarización, subordinación, informalización, y *extrañamiento*, al expresarse con materialidad en la ejecución de ese trabajo, sin cualquier tipo de asistencia social o sindical.

Palabras clave: trabajo domiciliario, trabajo doméstico, género, informalidad, dinámica geográfica, totalidad viva del trabajo.